



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional

Nota de Imprensa

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH) em parceria com o PNUD realiza, no dia 7 de Junho, às 9H00, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAPP), a II Conferência Nacional dos Comitês Locais de Direitos Humanos.

Preside a sessão o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz. Estarão presentes no acto a Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso Januário, e a Governadora da Província de Luanda, Ana Paula de Carvalho.

A actividade enquadra-se âmbito da implementação da Estratégia Nacional dos Direitos Humanos e tem como objectivo, reforçar a capacidade formativa dos Comitês Locais de Direitos Humanos (CLDH), promover um debate público sobre os grandes desafios dos CLDH na execução do plano de Implementação da Estratégia Nacional dos Direitos Humanos, garantir a troca de experiência com outros actores do sector público e da sociedade civil, estabelecer mecanismos locais de Promoção e Protecção dos Direitos Humanos que garantam fluidez na troca de informações entre os CLDH e a Direcção Nacional dos Direitos Humanos (DNDH), fortalecer os Comitês Locais de Direitos Humanos e implementar a Estratégia Nacional dos Direitos Humanos.

Actualmente, foram empossados e estão em funcionamento 18 Comitês Provinciais, 160 a nível municipais e 40 comunais. Um dos principais desafios é o reforço da sua formação, para serem os promotores da defesa dos Direitos Humanos e os fiscalizadores perante as possíveis violações em todo o território nacional.

A Estratégia Nacional dos Direitos Humanos é um instrumento de políticas públicas em Direitos Humanos integrado por um quadro de acções a desenvolver para conquistar a maioria nacional em Direitos Humanos, cujo primeiro passo consiste em exercer a legitimidade resultante da soberania nacional para serem os angolanos a avaliarem-se, denunciarem, corrigirem e condenarem as falhas em matéria de Direitos Humanos. Nesta perspectiva, os Direitos Humanos em Angola foram elevados à categoria de “Questão de Segurança Nacional”, cujo acompanhamento deve ser realizado periodicamente pelo Conselho de Segurança

Nossos Valores: Transparência, Lealdade e Rigor

Nacional, Presidido pelo Presidente da República, com o apoio fundamental dos Comitês Locais de Direitos Humanos.

A Estratégia prevê o reforço do trabalho dos Comitês Locais de Direitos Humanos. Neste sentido, foi actualizado o Regulamento dos Comitês Locais de Direitos Humanos - CLDH (Decreto Executivo n° 240/20 de 2 de Outubro) definidos como uma estrutura intersectorial cujo objectivo é a implementação local da Estratégia Nacional de Direitos Humanos e as políticas traçadas pelo Executivo no âmbito da promoção e protecção dos Direitos Humanos. Organizam-se, no plano local, nos níveis Provincial, Municipal e Comunal.

Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional,
Luanda, 6 de Junho de 2022.

Nossos Valores: Transparência, Lealdade e Rigor